



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 679/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 2308/2013 – 6 volumes.**

Apenso: Processo nº 2309/2013 – 3 volumes.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundação AMAZONPREV.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Senhor Silvestre de Castro Filho, Diretor-Presidente.

**6- Unidade Técnica:** Informação n.º 45/2014-DICERP (fl. 1047)

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 2618/2014 – MP – ACP (fls. 1048/1052), da lavra do Procurador de Contas Dr. Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Fundação AMAZONPREV. Exercício de 2012.

*Contas regulares com ressalvas. Determinações ao responsável. Determinação à próxima Comissão de Inspeção nas contas da Fundação AMAZONPREV.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

**9.1 - À unanimidade**, nos termos da **proposta de voto do Auditor-Relator**, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1.1 - Julgar REGULARES, COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anual da Fundação AMAZONPREV, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Silvestre de Castro Filho, na qualidade de diretor-presidente da entidade, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**9.1.2 - Fazer as seguintes determinações** ao responsável e a atual gestão da **Fundação AMAZONPREV**, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais, além da aplicação de multa cabível:

- Atente para a nomeação regular do Diretor Previdenciário, com as competências elencadas na Lei Complementar n.º 30/2001;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 679/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- Adote as medidas necessárias para o preenchimento dos cargos remanescentes criados pela Lei Complementar n.º 30/2001;
- Atente para a nomeação regular do Conselho Fiscal, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 63 da Lei Complementar n.º 30/2001, com a participação de representantes do Poder Legislativo e Judiciário, contrariando o disposto no inciso II, art. 77, da Lei Complementar n.º 30/2001, e notifique o Governo do Estado acerca dos períodos de renovação dos conselhos do órgão previdenciário que são de sua competência;
- Na próxima Declaração do Gestor, determinada pelo art. 3º, “c”, XX, da Resolução n.º 8/2011-TCE/AM, discrimine os valores referentes à cobertura do déficit financeiro e dos benefícios não previdenciários;
- Atente para que nas próximas demonstrações contábeis componentes da Prestação de Contas sejam discriminadas por previsão de gastos com Pensões Especiais não Previdenciárias e Auxílio Funeral.
- Inclua nos Planos de Aplicações e Investimentos ulteriores a observância de pulverizar os recursos, de forma que não haja privilégios entre instituições financeiras credenciadas junto à entidade.
- Observe com maior rigor as orientações da Lei n.º 4.320/1964 acerca da correta contabilização das finanças públicas, evitando divergências de registro.
- Cumpra o disposto no art. 15 da Resolução n.º 3.922/2010 – CMN ou justifique conduta diversa por meio de documentos hábeis à tal desiderato.
- Utilize-se das notas explicativas para prover informações adicionais relevantes, como é o caso alteração da personalidade jurídica da entidade, conforme o art. 4º da Lei Complementar n.º 93/2011, para subsidiar a análise e compreensão das demonstrações contábeis.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 679/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.1.3 - Determinar à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Fundação AMAZONPREV, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;**

**9.2 – Por maioria, acolher o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles pela não aplicação de multa ao responsável.**

Vencida a Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que acompanhou a proposta de voto pela aplicação de multa ao responsável.

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral